



Interseções entre Antonio Gramsci e Paulo Freire

POR ORLANDO DANIEL CHEMANE Y
PEDRO CLAESEN DUTRA SILVA

pedro_dutras@yahoo.com.br

1. Introdução

A educação como um campo em disputa pode ser concebida a partir de um amplo leque de perspectivas teóricas e instrumentalizada de acordo com interesses político-pedagógicos dos mais diversos.

Nessa direção, a filosofia da práxis enquanto “atividade teórico-político e histórico-social dos grupos ‘subalternos’ que procuram desenvolver uma visão global de mundo e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que têm à disposição, visando construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade” (SEMERARO, 2006, p. 69), estabelece uma relação permanente com a educação desde uma postura crítica e propositiva, procurando forjar uma visão ampla em torno dos processos formativos formais e não-formais com vistas a construção de uma nova sociabilidade.

Dentre o conjunto de autores que se enquadram em tal perspectiva, destacamos as contribuições de Antonio Gramsci e Paulo Freire na análise crítica em torno do complexo educacional hegemônico, bem como seus apontamentos acerca da formulação de um projeto de educação vinculado aos interesses e anseios das classes subalternas e oprimidas.

Nesse sentido, apresentamos e problematizamos importantes pontos de interseção entre o pensamento dos intelectuais italiano e brasileiro. Para isso, nos apropriamos de conceitos e categorias fundamentais presentes em suas obras para estabelecermos os nexos necessários para afirmarmos a identidade entre ambos. Também dialogamos



com pesquisadores que já se dedicam a tal empreendimento, a exemplo de Semeraro (2007).

Destacamos que esse texto é o resultado de uma investigação inicial que tem como objetivos recuperar o legado teórico-político de Gramsci e Freire para a compreensão dos dilemas que tangenciam a educação e demonstrar a atualidade de suas elaborações para a revitalização da filosofia da práxis na contemporaneidade.

2. Antonio Gramsci e Paulo Freire: aproximações

A partir da apropriação do materialismo histórico-dialético e de sua mediação com as particularidades presentes em suas realidades, Gramsci e Freire desenvolvem uma práxis transformadora em confronto com as contradições que permeiam e alicerçam a sociedade capitalista. Ao investigarmos as preocupações e categorias centrais presentes em suas reflexões encontramos vários pontos de interseção e identidade entre os pensadores.

Suas próprias trajetórias pessoais já nos apresentam semelhanças que de certa forma influenciaram suas teorizações. Ambos cresceram no seio de famílias humildes e passaram por inúmeras dificuldades econômicas. O primeiro nasceu em Cagliari, região da Sardenha na Itália, o segundo no Recife, região Nordeste do Brasil, localidades consideradas subalternas em seus respectivos países. A vivência cotidiana com as contradições de uma vida simples desde a infância, segundo biógrafos dos autores¹, contribuíram decididamente para a sensibilidade e o despertar acerca das injustiças sociais nas quais estavam imersos.

Atuaram intensamente no cenário político de seus países, sendo censurados e perseguidos por regimes totalitários. Também foram responsáveis pelo desenvolvimento de experiências educacionais-formativas que até hoje são referências

¹ Ver: *Paulo freire: uma história de vida*, de Ana Maria Araújo Freire e *A vida de Antonio Gramsci*, de Giuseppe Fiori.



obrigatórias para aqueles que almejam a construção de um projeto de educação emancipatório.

Antonio Gramsci, a partir de críticas contundentes acerca dos movimentos educacionais predominantes em sua época, defende arduamente a proposta de uma *Escola Única*, que supere a divisão entre atividade intelectual (geral/abstrata) e manual (produtiva/profissional) e rompa com a tradição que perpetua a distinção abissal entre dirigentes (governantes) e dirigidos (governados). No pensamento gramsciano, não é possível conceber uma educação desvinculada da vida política, mas sim que afirme o sujeito como capaz de intervir historicamente na realidade, influenciando e transformando o mundo.

A concepção de formação humana presente no legado de Paulo Freire tem como base a conscientização do sujeito para que este realize uma leitura crítica do mundo. Analisando a realidade brasileira, o autor conclui que a sociedade é cindida entre oprimidos e opressores (FREIRE, 1972). Esta situação é resultado de um passado marcado pela colonização e de uma realidade de neocolonização que, por sua vez, tem como consequência a fome, a pobreza, a espoliação e a violência, que demandam um processo de libertação que só é possível a partir de uma educação crítica e autêntica.

A educação crítica/libertadora implica na substituição de uma interpretação ingênua por uma interpretação problematizadora do mundo, ou seja da:

(...) substituição das explicações mágicas pelas explicações causais, por procurar testar os resultados e estar aberto a revisões. Por despir-se ao máximo dos pré-conceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações, por negar a transferência da responsabilidade, pela recusa de posições de quietude, pela segurança na argumentação, pela prática do diálogo e não da polêmica. Pela receptividade do novo, não só porque é novo e pela aceitação do velho (não recusá-lo só porque é velho), mas pela aceitação de ambos enquanto válidos. (FREIRE, 1975, p. 61-62).

Assim, verdadeira libertação/emancipação não pode ser realizada pelos opressores, mas pelos próprios oprimidos, que não devem almejar ocupar o lugar de seus algozes, mas sim lutar para a superação da contradição “opressor x oprimido” e a edificação de uma nova sociedade. Nesse sentido:



Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (Freire, 2005, p. 58-59)

No Brasil as ideias de Gramsci e Freire sempre tiveram grande influência nas universidades, entre os movimentos sociais, organizações políticas e junto à intelectualidade progressista, permanecendo fecundas até os dias atuais. Segundo Semeraro (2007):

A “libertação” foi a tônica predominante nos anos 1960 e 1970. A “hegemonia” tem sido a palavra de ordem dos anos 1980 e 1990. A primeira, representada particularmente pelo pensamento de Paulo Freire, expressava os anseios e as lutas dos que queriam se libertar da ditadura (1964 – 1984) e da história do colonialismo imposto ao Brasil. A segunda, tendo Antonio Gramsci como referência, passou a significar o projeto das forças populares que com o fim da ditadura orientavam seus esforços para a construção de uma democracia social e para a conquista da direção política. As duas, entre os anos de 1960 e 1990, foram se entrelaçando e acabaram influenciando fortemente os movimentos sociais, organizações políticas e educadores populares brasileiros, imprimindo uma unidade de fundo às suas práticas político-pedagógicas e conferindo uma sintonia peculiar de linguagem, de formulações teóricas e de projetos sociopolíticos (p. 95).

Além dessa presença constante dos conceitos de libertação e hegemonia nos discursos e ações dos sujeitos coletivos em luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, a aproximação entre Gramsci e Freire se gesta pela própria complementaridade entre outras categorias centrais presentes no legado teórico-político dos autores, como dissemos anteriormente. Destacamos as preocupações em torno da *conscientização* da classe trabalhadora e na importância atribuída à formação de *lideranças revolucionárias e intelectuais orgânicos* das classes subalternas para a construção de uma hegemonia² de novo tipo.

² O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. (ACANDA, 2006, p.178).



2.1. A conscientização das classes subalternas/oprimidas

Gramsci e Freire reservaram uma atenção especial em suas formulações acerca da dimensão ideológica presente nas relações de poder para a manutenção e legitimação de determinada hegemonia. Nessa perspectiva, torna-se improvável que uma classe mantenha seu domínio apenas pela força e pelo controle dos meios de produção³, mas também por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos, exercendo uma *liderança moral e intelectual* e realizando concessões, dentro de certos limites, às suas classes aliadas ou até mesmo antagônicas.

Nessa perspectiva, as classes oprimidas/subalternas devem interferir diretamente na disputa de ideias e valores na sociedade através de suas organizações autônomas e meios próprios de difusão cultural. Assim, os processos de conscientização dos trabalhadores assumem uma centralidade na luta pela construção de uma nova hegemonia. Gramsci caracteriza a “tomada de consciência” dos trabalhadores, enquanto um processo que:

(...) indica a passagem do movimento puramente econômico e corporativo (ou egoístico-possessivo) ao movimento ético-político, isto é, a elaboração superior da [infra] estrutura em superestrutura na consciência dos homens. A passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade a liberdade”. A fixação do momento “catártico” torna-se, assim, o ponto de partida de toda filosofia da práxis. (GRAMSCI, 2006, p. 101).

Em Freire, a passagem do senso comum (visão de mundo desarticulada) para uma visão de mundo crítica (sistematizada e coerente) é apresentada em muitas obras e textos, podendo ser sintetizada a partir de três níveis de consciência: *ingênua – problematizadora – revolucionária*. Esse processo necessita de um projeto educativo libertador e problematizador, a partir de uma crítica contundente aos modelos

³ Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob formas de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).



educacionais hegemônicos, caracterizados pelo pensador enquanto “educação bancária”, nesta:

(...) o 'saber' é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual se encontra sempre no outro (FREIRE, 2005, p.58).

Vale ressaltar que em Freire e Gramsci, esses processos de conscientização devem estar vinculados dialeticamente a um projeto de transformação social mais amplo e que aponte para o tensionamento com a hegemonia burguesa.

Por esta razão, a conscientização é um projeto irrealizável pela direita, que, por sua natureza, não pode ser utópica. Não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais hoje dominadas. (FREIRE, 1981, p. 81).

Mesmo compreendendo que o processo de conscientização coletiva e/ou individual é fruto de um aprendizado concreto dos próprios sujeitos em relação a uma determinada situação de exploração e opressão, ele não acontece de forma espontânea. Essa transição necessita de um intenso e paciente trabalho de organizações coletivas (partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, centros de cultura, associações, etc.) no interior das contradições nas quais estão inseridas as classes populares. E é com essa intencionalidade que agem as lideranças revolucionárias e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

2.2. O papel das lideranças revolucionárias e dos intelectuais orgânicos das classes subalternas

Para Paulo Freire a liderança revolucionária possui uma função determinante no desvelamento da situação opressora e na anunciação de sua superação. Fundamentada numa *práxis libertadora* e em uma ação dialógica:

A liderança revolucionária, comprometida com as massas oprimidas, tem um compromisso com a liberdade. E, precisamente porque o seu compromisso é com as massas oprimidas para que se libertem, não pode pretender conquistá-las, mas conseguir sua adesão para a libertação. (FREIRE, 2005, p. 193).



A liderança revolucionária, dessa maneira, deve contribuir incessantemente com a “organização das massas populares em classe” (FREIRE, 2005, p. 205), ou seja, com o salto qualitativo da denúncia a uma ação transformadora concreta. Tarefa semelhante deve desempenhar os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Antonio Gramsci elabora uma inovadora reflexão sobre o tema dos intelectuais. Seu ponto de partida é a dessacralização da ideia de que a atividade teórica é mérito de poucos e afirma que todo homem é um intelectual. Segundo o autor:

(...) seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (...). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2006, p.18).

Porém, numa sociedade em que o trabalho intelectual e o trabalho manual estão cindidos, apenas alguns exercem profissionalmente ou politicamente essa determinada função, ou seja, são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento de atividades ligadas às esferas não-produtivas e participam ativamente da elaboração, sistematização e difusão do conhecimento e da cultura. O pensador sardo aponta a existência de dois tipos de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Os primeiros são aqueles que possuem uma formação que não se alinharia diretamente com nenhuma das classes sociais fundamentais da modernidade (burguesia e proletariado) e que, portanto, oscilam entre posições conservadoras, progressistas e mesmo reacionárias. Já o segundo, o intelectual orgânico, é aquele que possui uma vinculação direta com determinada classe e projeto político. Portanto, suas elaborações fundamentam, legitimam e defendem uma visão de mundo específica, classista.

Assim como as classes dominantes forjam historicamente seus próprios intelectuais, Gramsci destaca a necessidade da formação do intelectual orgânico da própria classe trabalhadora. Este, além de formular uma teoria crítica e empenhar-se na construção de uma nova visão de mundo, deve “imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente” (GRAMSCI, 2006, p. 53).



Nota-se que tanto a liderança revolucionária como o intelectual orgânico da classe trabalhadora desempenham um papel central na luta de classes. Na verdade, ambos devem atuar como dirigentes e educadores políticos das classes subalternas. O próprio Paulo Freire, identificando-se como um intelectual orgânico esclarece:

Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua *situação* no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou se pregar no deserto. (FREIRE, 2005, p. 100).

Nessa trilha, Freire e Gramsci asseguravam que a tomada de consciência e a formação dos intelectuais orgânicos / lideranças revolucionárias das classes subalternas representavam passos indispensáveis para a edificação de uma democracia de novo tipo:

Na democracia radical desenhada nos escritos de Gramsci [e Paulo Freire] não se trata de um gerenciamento mais ou menos eficiente da “coisa” pública, de uma administração meramente jurídica e da preservação das “regras do jogo”. Os “dirigentes” da nova hegemonia – para usar uma terminologia totalmente ressignificada por Gramsci – agora, são aqueles que trabalham para *destruir a atávica relação de poder fundada no binômio superior-inferior, orientam toda a ação política para superar a estrutura ancestral que se cristalizou na forma de governante-governado, dirigente-dirigido, comando-obediência*. Com Gramsci [e Freire], o conceito de democracia assume um sentido revolucionário elaborado na mais autêntica tradição marxista (SEMERARO, 2006, 60 – grifo nosso).

Notamos que a própria trajetória e coerência de Antonio Gramsci e Paulo Freire ao longo de suas vidas servem como testemunho da concepção de intelectual na qual defendiam. A relação permanente entre teoria e prática, o compromisso com os interesses das classes populares e a defesa intransigente de uma educação crítica e conscientizadora, são os pressupostos de toda a edificação conceitual dos autores.

3. Considerações finais

Os processos de constituição das mentes, almas e corpos dos indivíduos submetidos à dinâmica do modo de produção capitalista, assentam-se a partir de uma lógica



unilateral (restritiva, cindida e alienada). Em contraponto aos fundamentos do projeto burguês de formação, a filosofia da práxis reafirma as múltiplas dimensões da subjetividade humana e as várias possibilidades para a formação do homem moderno, que deveriam ser canalizadas e potencializadas por uma formação *onilateral* (ampla, unitária e emancipadora).

A denúncia à unilateralidade e a aposta na onilateralidade, estão vinculadas organicamente a uma crítica radical às bases materiais e simbólicas que constituem e fundam a própria sociedade capitalista, como a propriedade privada, a divisão social do trabalho, a concentração das riquezas materiais e espirituais, etc.

As dimensões em torno da *conscientização das classes oprimidas*, assim como do papel das *lideranças revolucionárias e dos intelectuais orgânicos* das classes subalternas, nos possibilita afirmar que há várias aproximações entre as teorizações educacionais e posições políticas de Antonio Gramsci e Paulo Freire. Em síntese, a partir das convergências entre as formulações dos pensadores sardo e pernambucano, identificamos os seguintes fundamentos:

- o conjunto das relações sociais possuem necessariamente uma dimensão pedagógica / formativa;
- a impossibilidade de um diálogo autêntico entre opressores/dirigentes e oprimidos/dirigos, tendo em vista que seus interesses de classe são ontologicamente antagônicos⁴;
- o processo de libertação dos oprimidos e a conquista da hegemonia pelas classes subalternas são pressupostos para a edificação de uma nova sociabilidade;
- a explicitação e problematização dos conflitos e das relações de exploração nas quais

⁴ Algumas correntes de pensamento procuram camuflar as contradições e os antagonismos entre as classes, a partir de “pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas” (FREIRE, 2005, p. 167) . Pois, “não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (FREIRE, 2005, p. 91).



os oprimidos estão subjogados são determinantes para o processo de conscientização e construção de uma nova visão de mundo;

- a formação de lideranças revolucionárias e intelectuais orgânicas no interior da própria classe trabalhadora é central para a edificação de uma hegemonia de novo tipo.

Por fim, ambos defendiam que os conhecimentos prévios das massas populares não poderiam ser vistos sob uma ótica preconceituosa e elitista, mas sim como ponto de partida para a compreensão crítica e coerente da realidade social, pressuposto basilar para uma práxis transformadora e libertadora.



Referências Bibliográficas

ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. São Paulo: Villa das Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V 3.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida – SP: Idéias & Letras, 2006.

_____. **Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil**. Curitiba: Revista Sociologia Política, novembro de 2007.